



A imprensa oitocentista na construção dos ensaios literários de Álvares de Azevedo

The Nineteenth Century Press in the Construction of Álvares de Azevedo's Literary Essays

Natália Gonçalves de Souza Santos

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Floriano, Piauí / Brasil

nataliagss@frn.uespi.br

<http://orcid.org/0000-0002-4679-0963>

Resumo: Este artigo discute os ensaios literários de Álvares de Azevedo à luz do periodismo cultural oitocentista. Num primeiro momento, pretende-se evidenciar o quanto esses textos são tributários do que se publicava na imprensa, que pode ter sugerido ao autor obras e temáticas a serem debatidas. Num segundo momento, investiga-se o diálogo teórico que o ensaísta travou com os estudos de literaturas estrangeiras, ancestrais da literatura comparada. Argumenta-se que o contato com esse saber pode ter corroborado ou impulsionado a visada cosmopolita defendida por Azevedo, fazendo com que ele se afastasse do veio central da crítica literária brasileira do período.

Palavras-chave: romantismo brasileiro; crítica literária; literatura comparada.

Abstract: This article discusses Álvares de Azevedo's literary essays under the perspective of the 19th century cultural journalism. Firstly, it is aimed at evincing how much his essays are related to what was published in the press, which might have suggested to the author the works and themes to be debated. Secondly, it investigated the theoretical dialogue that the essayist had with the foreign literature studies, ancestral to comparative literature. It argues that the contact with that knowledge may have corroborated or prompted the cosmopolitan view defended by Azevedo, making him to step further from the central stream of the Brazilian literary criticism.

Keywords: Brazilian romanticism; literary criticism; comparative literature.

1 Introdução

Este artigo se propõe a deslindar um dos diversos pontos de contato entre o Romantismo e a imprensa no Brasil, analisando algumas manifestações de ideias críticas provenientes da Europa no ensaísmo de

Álvares de Azevedo. Seus ensaios literários são altamente vinculados e, ousado dizer, gestados, a partir da sua relação com a imprensa cultural. De início, sabe-se que ele publicou partes da tradução comentada do poema de Alfred de Musset, “Rolla” nos *Ensaaios Literários* (1847-1850), um dos jornais acadêmicos mais conhecidos do periodismo paulista, que contou com a contribuição de José de Alencar e Bernardo Guimarães. Embora os demais ensaios de sua pena sejam de publicação póstuma, é de se supor que eles poderiam ganhar um destino semelhante, tanto pelo autor ser membro de sociedades acadêmicas mantenedoras de jornais, o que lhe franquearia o possível intento, quanto pela manutenção de determinadas características similares entre os textos, que poderiam indicar essa finalidade. Dessas, destaco, com relação ao ensaio “George Sand: Aldo o rimador”, a adoção de composição textual semelhante à utilizada em “Alfredo de Musset: Jacques Rolla”, composto pela alternância de comentários interpretativos e longos trechos de tradução, o que deixa entrever a vontade de repercutir, entre seus pares acadêmicos, textos literários ainda inéditos no Brasil.

Porém, o que de fato me interessa explorar aqui são dois aspectos advindos da intersecção entre periódicos diversos, provenientes em sua maioria da Europa, como as revistas francesas *Revue des deux mondes* (RDM) e *Revue de Paris* (RP) e a portuguesa *A Revolução de Setembro* (RS), e os ensaios de Álvares de Azevedo. Num primeiro momento, proponho-me a apresentar brevemente os quatro ensaios escritos por Azevedo por volta de 1850, uma vez que o autor é mais conhecido pela parcela estritamente literária de seus escritos, pontuando como o confronto com o periodismo contemporâneo esclarece pontos porventura obscuros ao leitor de hoje. Saber o que dizia a imprensa ajuda a entender as escolhas do autor as quais, sem esse apoio, parecem, num primeiro contato, feitas a esmo. Num segundo momento, pretendo explicitar e analisar a aproximação de Azevedo a um discurso teórico específico, formulado pelos primeiros professores da cátedra de literaturas estrangeiras na França, cujos cursos eram publicados na renomada RDM.

De antemão, importa ressaltar que a perspectiva aberta por esses estudos impulsionou os primeiros passos da literatura comparada, o que sugere que o comparatismo difuso que já se reconheceu como uma das bases do pensamento crítico alvaresiano pode ter um fundamento teórico mais preciso e consciencioso (CANDIDO, 2006, p. 674). Além disso, o

princípio relativista que subjaz ao ato comparativo parece ter impellido Azevedo a uma visão cosmopolita que o afastou do discurso hegemônico de nosso nacionalismo literário oitocentista. Assim, a imprensa forneceu os insumos para que se pensasse diferentes caminhos para a construção do projeto literário da nascente literatura brasileira.

2 Os ensaios literários de Álvares de Azevedo

“Literatura e civilização em Portugal” (LCP); “Lucano” (LU); “Alfredo de Musset: Jacques Rolla” (AM); e “George Sand: Aldo o rimador” (GS) são os títulos dos quatro ensaios legados pelo jovem autor de *Macário*.¹ Por meio deles, pode-se ver que o crítico procura abarcar um vasto leque de preocupações, tanto no aspecto temático, quanto no temporal e espacial. Afinal, ele parte da Antiguidade clássica representada por Lucano, escritor latino, percorre a largos passos a história literária de Portugal e detém-se com vagar nas obras de seus contemporâneos franceses Musset e Sand, tudo isso permeado por uma série de comparações e questões secundárias que se interligam às principais, contidas nos títulos, fazendo com que os ensaios alvaresianos, à primeira vista, apresentem-se como um apanhado heterogêneo.

Dentre eles, LCP é o mais extenso e talvez seja o mais conhecido, tendo em vista que é nele que o autor externa posições contrárias diante de pontos cruciais à intelectualidade brasileira oitocentista: a ênfase na cor local e a tese que defendia a autonomia da literatura brasileira frente à portuguesa. Discordar deles lhe valeu a pecha de “antinacionalista decidido em matéria de literatura” (CANDIDO, 2011, p. 17). Tais considerações são feitas de maneira digressiva ao longo do ensaio, cujo principal objetivo é provar o aforismo “da íntima ligação das literaturas e das civilizações; da poesia e do sentir e crer dos povos, aforismo que temos muito de fé, porque para nós a literatura é a civilização” (AZEVEDO, 2000, p. 712).

Por outro lado, se o objetivo do texto é posto logo em seu prólogo, dando ao leitor uma expectativa de objetividade, Azevedo parece comprazer-

¹ Emprego ‘ensaio’ para me referir ao conjunto da prosa crítica de Álvares de Azevedo por considerar o termo, à luz de Alexandre Eulálio (1989, p. 10), como “sinônimo imperfeito de ‘estudo’”. Além disso, sua elasticidade convém às diversas formas e temáticas abordadas pelo autor ao longo de suas reflexões.

se em quebrá-la, pois passa a divagar “sobre os povos do Norte, os árabes e os indianos, citando um grande número de crenças, mitos, autores e obras de cada uma dessas regiões e compondo uma imensa gama de informações” (CUNHA, 2001, p. 15). É apenas na segunda seção, intitulada “Portugal: duas palavras”, que se nota que o excursus sobre as literaturas nórdicas, arábicas e indianas serve de “preâmbulo descritivo” para toda uma herança cultural sob a qual a literatura portuguesa teria se erigido (CUNHA, 2001, p. 15).

Para ele, essa se encontrava, em 1850, num momento difícil, pois, excetuando-se grandes nomes como os de Alexandre Herculano e Almeida Garrett, lamenta “a essa escola em cujo frontal douraram o nome de Shakespeare, como um símbolo de independência,” (AZEVEDO, 2000, p. 719) para, na verdade, deixar-se levar pela influência obliterante de Victor Hugo e Alexandre Dumas. Tal esterilidade não se verifica num período de apogeu social e, especularmente, artístico, caso da fase que Azevedo qualifica como heroica, o século XVI português, representado pelas obras de Ferreira e Camões. Trata-se da “face brilhante ao sol, o relâmpago centenário do planeta português” (AZEVEDO, 2000, p. 736). Mas, ao se visualizarem as “ruas da Lisboa imunda do século XVIII”, “as praias imundas” onde “repercutiam as gritas despeadas das marinhas libertinas do estrangeiro” (AZEVEDO, 2000, p. 736 e 737), o caráter da produção literária portuguesa forçosamente se altera e o seu principal representante torna-se Bocage.

Para Ginzburg (1999, p. 22), “o forte contraste entre as duas fases expõe claramente o processo histórico como um declínio”, fortemente potencializado por eventos que marcam o início do oitocentos luso, como “a ocupação militar por tropas francesas e espanholas, a submissão à tutela inglesa, o deslocamento do Rei para a colônia, e finalmente a independência do Brasil” (GINZBURG, 1999, p. 21). Dessa forma, o contexto de precariedade e estreiteza intelectual no qual teria vivido Bocage fez com que, segundo Azevedo (2000, p. 739 e 743), o poeta tivesse cometido “um suicídio d’alma e do corpo”, devido ao “ar que ele então respirava”.

O cenário se altera bruscamente quando se passa à leitura do ensaio sobre a *Farsália*, de Marco Aneu Lucano, autor latino que viveu entre os anos 39 a 65 do século I. Nele, somos inseridos num panorama bélico formado pela descrição de algumas epopeias célebres como a *Iliada* e a *Odisseia*, de Homero, vislumbrando o objetivo maior desse percurso apenas nos parágrafos finais do opúsculo. É então que Azevedo (2000, p. 660) pontua

que “não há julgar a epopeia de Lucano pela Poética Aristotélica. A Poética, como todas as leis, deve variar com as suas condições de existência, com suas mudanças de relações.” Torna-se evidente que o autor procura destacar os elementos inovadores do trabalho de Lucano em relação a uma tradição consagrada e legitimá-los por meio da relativização dos fundamentos da *Poética* aristotélica.

Com objetivo de caracterizar melhor o gênero épico e de inserir a *Farsália* numa tradição consagrada frente à qual ela perfaz uma inflexão, o autor comenta três autores épicos de relevo, Homero, Tasso e Camões, cada qual correspondendo aos anseios dos contextos dos quais emergiram. Tal comparação faz sobressair as soluções inovadoras do poema de Lucano como, por exemplo, o abandono do panteão greco-latino, a adoção de um tema recente da história romana e a tomada de posição diante dos fatos; opções que, para o ensaísta, enobreceriam o poema.

Por fim, Álvares de Azevedo alude a uma antiga polêmica literária que opunha aqueles que acreditavam que a *Farsália* não deveria figurar no rol dos épicos por não ter conseguido se afastar da narrativa histórica a ponto de poetizá-la, sendo, portanto, um intento falhado, e aqueles que acreditavam no contrário, exaltando a originalidade do trabalho.² Ecoando esse último juízo, o autor brasileiro chama de “pobres críticos” (AZEVEDO, 2000, p. 661) aos seus opositores, entre os quais Voltaire e La Harpe, com os quais o ensaísta brasileiro não se isenta de polemizar. Para Azevedo (2000, p. 661), a aridez que o primeiro deles diz haver na *Farsália* se encontra no cérebro dos críticos “sem vida e sem criação” que já se debruçaram sobre o texto e que o fizeram a partir de um conjunto de regras exteriores à obra.

Mesmo que os ensaios AM e GS se aproximem por serem traduções parciais comentadas, eles se afastam quando se considera o enredo das duas obras escolhidas para o trabalho. O poema “Rolla” conta a trajetória de um adolescente cético que, numa noite de *spleen*, decide se suicidar num prostíbulo. Lá, ele encontra Marion, menina levada à prostituição pela pobreza. Os sentimentos provenientes desse encontro fazem o protagonista duvidar do intento. Porém, ao cumpri-lo, chega-se ao clímax do poema: o beijo do amor no limiar da morte. Já o drama em prosa *Aldo le rimeur* narra os insucessos de um jovem poeta miserável, desde sua luta pela sobrevivência e pela glória poética frente às leis mercadológicas, até o

² Para um detalhamento dessa polêmica ver Vieira (2011, 2013).

encontro com a rainha Agandecca, que o acolhe em sua corte. Ainda que sob proteção dessa, o poeta não se livra da sensação de deslocamento social, visualizando a morte como saída. O que o demove momentaneamente dessa decisão é a conversa com o astrólogo do palácio, que o convida a admirar um eclipse lunar. Se as tramas diferem, seus protagonistas são ambos jovens desencantados com a realidade, que lhes impõe uma série de dúvidas existenciais, convertendo-os em suicidas em potencial.

Em AM, nota-se a persistência de Azevedo em aproximar “Rolla” da teoria dos contrastes reputada a Victor Hugo, seja pela apresentação da personalidade do herói, da inserção dele numa tradição consagrada de libertinos, localizados no *Childe Harold*, de Byron e no décimo *Canto do crepúsculo*, de Victor Hugo, seja pela apresentação da jovem Marion, descrita como “aquele divino da mulher inda em botão mal aberto [...] tão pura, tão mimosa” (AZEVEDO, 2000, p. 689). Porém, é o embate entre fé e descrença, que se dá no interior da personagem masculina, o que mais interessa ao ensaísta, na medida em que se trata de uma das manifestações do caráter cindido do eu romântico. Na seção que encerra o texto, “Da descrença em Byron, Shelley, Voltaire e Musset”, Azevedo argumenta que o caráter estudado deve ser compreendido como parte do espírito da época, permeada por conflitos e transformações.

Em GS, o tema principal é o *status* da poesia na sociedade moderna. Tais são as questões que se avultam ao se considerar o drama de Sand e a peça de Alfred de Vigny, *Chatterton* (1835), comparados ao longo do ensaio. Porém, nas duas primeiras seções, é a personalidade de Sand, alinhada ao caráter excepcional do gênio, e a retaliação sofrida por ela na imprensa em decorrência disso que ocupam o ensaísta. No que tange às obras propriamente ditas, Azevedo se ocupa dos monólogos que evidenciam a condição do poeta como sendo aquele que não tem “lugar nenhum em classe alguma” (2000, p. 668). A penúria física e moral faz com que ambos entrevejam como solução o suicídio. Se o jovem inglês, ameaçado pelo escândalo do plágio, optou por tal desfecho, esse não se repete na criação sandiana, encerrada abruptamente por uma “passagem de mistério” (AZEVEDO, 2000, p. 676).

Relação especular entre civilização e literatura, originalidade da obra face às convenções poéticas, polos de oposição entre crença e descrença, marginalização do poeta. Resumidas, as preocupações globais de Álvares de Azevedo em cada um de seus ensaios, inserem-se mais facilmente num horizonte comum ao Romantismo. Porém, para além desse anseio

pela amplitude e heterogeneidade próprio dessa escola, a retomada do arcabouço consultado pelo autor, reconstituído, na medida do possível, por meio das citações diretas, indiretas e paráfrases, que abundam em sua obra ensaística, além de notas de rodapé, faz com que se possa recorrer à imprensa oitocentista, no intuito de compreender o encaixe das peças que compõe o mosaico alvaresiano. É nesse sentido que a leitura dos ensaios à luz do periodismo cultural ajuda a compreender algumas de suas escolhas e das questões que ele levanta. Se elas foram talvez evidentes aos contemporâneos, não mais o são, tendo em vista o caráter transitório de jornais e revistas cujo conteúdo está mais sujeito ao apagamento do que o que é estampado em livros.

Dessa perspectiva, compreende-se que a opção por analisar *Aldo le rimeur* e “Rolla”, e não outros textos dos dois românticos franceses, pode ter sido motivada pelo fato de ambos terem sido divulgados num mesmo número da RDM, em 1833 (tome 3, série 2). Mesmo que à altura de 1850 já circulassem recolhas que continham essas obras (MUSSET, 1840; SAND, 1843), a coincidência é, a meu ver, não negligenciável. Penso da mesma maneira com relação a outros pontos de GS. A comparação que orienta a sua disposição geral e que o autor configura como “lide entre Vigny [...] e Sand”, cabendo a esta “o laurel” (AZEVEDO, 2000, p. 665), adquire um novo sentido quando se sabe da existência de uma versão em folhetim do *Chatterton*, que circulou num dos primeiros números da RDM (1831, tome 4, nouvelle série), precedendo, portanto, a obra de Sand, o que poderia ter fomentado algum debate quanto à originalidade dessa.

Isso fica ainda mais claro quando a própria escritora, reconhecendo semelhanças entre seus monólogos e os de Vigny – justamente as partes que Azevedo utiliza para perfazer seu exercício comparativo –, parece sutilmente se defender dessa suspeita ao afirmar que sua ideia era a de representar o poeta em situações variadas, dentre as quais, a miséria, afastando-se, por conseguinte, da sombra do *Chatterton*. Ela alega, por fim, a precedência da publicação do seu *Aldo* (SAND, 1843, p. 1). Não é possível saber se a romancista sabia ou não dessa primeira versão do enredo de Vigny, o que desejo pontuar é que um seu ardoroso defensor brasileiro não se isentou de sair a campo para defendê-la, acompanhando atenciosamente a participação dela na imprensa. Afinal, tanto a primeira parte do estudo de Azevedo, que delinea a personalidade de Sand, quanto a segunda, que se ocupa das polêmicas em que ela se envolveu na tentativa de defender sua

obra e reputação, são recortadas das *Lettres d'un voyageur*, um conjunto de cartas que, antes de ser recolhido em livro, foi estampado na RDM e na RP,³ contendo assim certo ar de debate público comum ao meio jornalístico.

Se nem todos os ensaios de Azevedo são tributários da imprensa na mesma medida de GS, cuja gênese parece ser dela advinda, sua ascendência não pode ser ignorada nos demais, manifestando-se na própria tendência polemista que o autor sustenta, compartilhada, como se sabe, com diversos colaboradores dos veículos de comunicação oitocentista. Já foi dito que LU dialoga com uma antiga discussão que subjaz à *Farsália*, porém compreende-se melhor seu reaparecimento na pena de Azevedo quando se sabe que, ademais do nosso ensino oitocentista, calcado na retórica e no estudo dos clássicos (SOUZA, 1999, p. 160), e da notável permanência do gênero épico em nossa tradição romântica (LOPES, 1978, p. 176), muito se debateu nas revistas francesas sobre as possibilidades de sobrevivência da epopeia na modernidade. A RDM contava, por exemplo, com os estudos e obras literárias de Edgar Quinet, citado por Azevedo tanto em LU quanto em LCP, para divulgar novas configurações do gênero épico, assentadas numa visada filosófica e individualista (SILVA, 2013, p. 301). Diante de novas concepções, a *Farsália* emerge, assim, como alternativa altamente original do ponto de vista romântico e do que se sabia sobre a obra de Lucano àquela altura (VIEIRA, 2013, p. 38).

O tom polemista do autor de *Lira dos vinte anos* chega ao seu máximo quando ele procura se inserir, em LCP, na discussão em torno da nacionalidade literária, que já vinha se desenrolando há décadas, chegando a um momento importante nas páginas da *Minerva Brasiliense*, que estampou o artigo “Da nacionalidade da literatura brasileira” (1843), de autoria do redator-chefe, Santiago Nunes Ribeiro. Nele, argumenta-se em prol da autonomia literária brasileira a fim de refutar a posição de Gama e Castro, veiculada em 1835 (MOREIRA, 2013, p. 31). No que tange ao uso do periodismo internacional, pode-se dizer que Azevedo se valeu consideravelmente dos escritos de um jornalista da RS, o português António Pedro Lopes de Mendonça, tanto para comentar a literatura portuguesa contemporânea a eles, quanto para se posicionar em relação a Bocage. No primeiro caso, as referências que o autor

³ A primeira carta foi publicada no tome 2, série 3, de 1834 da RDM e a última, na edição de 15 de novembro de 1836. Já a polêmica entre o crítico Désiré Nisard e Sand, acerca da imoralidade da obra dessa, se dá no tome XXIX, de 1836 da RP.

faz a um rol de nomes que “provavelmente pouco ou nada dizem ao leitor ou ao espectador dos nossos dias” (PIRES; REIS, 1993, p. 146), como os de João de Lemos, Mendes Leal, Pereira da Cunha ou José Freire de Serpa, parecem mais claras quando se verifica que todos contribuíram com a revista *O trovador* (1848), sendo agrupados por Mendonça em notícias que ele publicou na RS, posteriormente coligidas nos *Ensaio de crítica e literatura* (1849). Acredito que sem o auxílio dessas publicações, que perfazem um apanhado da segunda geração do romantismo português, teria sido difícil para o ensaísta brasileiro compor um quadro aproximadamente sincronizado com o que se passava então nas letras lusas. No segundo caso, é o próprio Azevedo que nos informa o uso que faz da ideia colhida em Mendonça, de que a conduta de Bocage podia ser entendida como um suicídio simbólico. Ele diverge, porém, do jornalista ao afirmar que o poeta foi impelido à morte pela orgia e pela solidão intelectual, já Mendonça (1849, p. 23), embebido pelas primeiras teorias socialistas que circulavam na Europa, sugere causas políticas, iniciando a construção de uma aura revolucionária em torno de Bocage, adensada no século XX (MARTINS, 2006, p. 114).

Por fim, gostaria de explorar uma última relação desse ensaio com a imprensa, evocando, novamente, seu preâmbulo. À luz dos debates jornalísticos desenvolvidos, sobretudo na RDM, em torno dos anos 1830 e 1840, parece-me ser mais coerente o fato do ensaísta começar a discussão proposta em LCP pelo esboço das letras nórdicas, árabes e hindus, quando se considera que tais culturas eram alvo de um determinado discurso intelectual que buscava uma origem das línguas e das civilizações, promovido pelos estudos de literaturas estrangeiras, discurso esse que se desenvolvia no interior das academias e que repercutia nas revistas culturais. Até o percurso proposto por Azevedo parece aludir às possíveis rotas de migrações desencavadas por filólogos e suas hipóteses acerca das movimentações indo-europeias ancestrais, as quais teriam dado base para construção das civilizações e literaturas ibéricas. Além disso, os teóricos que ele cita nesse introito, Jean-Jacques Ampère e Xavier Marmier (AZEVEDO, 2000, p. 707), formaram, juntamente com Edgar Quinet, a primeira linha desses estudos na França, fornecendo, portanto, uma trilha teórica que seguiu no intuito de averiguar a importância dessas teorias na ensaística alvaesiana. É, assim, o esboço de um ponto de vista filológico com o qual o autor inicia seu estudo das letras e da civilização lusa, o qual, a meu ver, orienta a construção dos outros ensaios, que me faz passar ao segundo momento deste artigo.

3 Os estudos de literaturas estrangeiras e a imprensa oitocentista

As primeiras cátedras de literaturas estrangeiras foram instituídas na França no início da década de 1830 e se expandiram ao longo do século, sendo, ao final dele, divididas em disciplinas mais específicas, como a literatura comparada e a literatura geral. O primeiro nomeado para uma cadeira foi Claude Fauriel, cuja influência contribuiu para nomeação de pessoas de alguma maneira ligadas a ele, caso de Marmier, Quinet e Ampère, tendo esse último a ocasião de ser seu suplemente na Sorbonne (ESPAGNE, 1993, p. 25). Dessa forma, pode-se dizer que essa primeira geração de professores desenvolve a doutrina de Fauriel, que se apoia em “pesquisas filológicas à Bopp unindo duas perspectivas, a da gramática geral e a do comparatismo, a busca pelas leis gerais do espírito humano e por um substrato histórico originário das línguas” (ESPAGNE, 1991, p. 14, tradução nossa).⁴ Como se pode ver por meio da menção a Franz Bopp, Fauriel teve contato com essas discussões a partir de uma vasta rede de relações que convergia, sobretudo, para a intelectualidade alemã. Ele teve contato direto com intelectuais como Bopp, August Schlegel e Jacob Grimm. Além disso, era próximo de pensadores franceses que se dedicaram à divulgação de saberes germânicos, entre os quais Mme. de Stäel e Benjamin Constant (ESPAGNE, 1993, p. 21-25).

Se, conforme Espagne (1993, p. 12), os professores de literaturas estrangeiras foram considerados, retrospectivamente, intelectuais medíocres, o que lhes teria vedado um lugar na memória acadêmica local, em princípios do oitocentos, eles responderam a uma demanda institucional urgente: a de conquistar um espaço francês dentro de um campo científico que já era dominado pelos alemães, como os mencionados acima, desde o século XVIII. Este campo é o da filologia comparada, base dos estudos de literaturas estrangeiras. Nesse sentido, o estrangeiro, do ponto de vista francês, é quase sempre aquilo que vem do Norte, as literaturas inglesa, alemã e as do extremo norte do continente, embora, com o passar do tempo, a perspectiva filológica seja aplicada às literaturas do Sul da Europa – antes vistas como

⁴ “recherches philologiques à la Bopp en mariant deux perspectives, celle de la grammaire générale et celle du comparatisme, la quête des lois générales de l’esprit humain et celle d’un substrat historique originel des langues.”

irmanadas pela herança latina, caso da Itália –, às literaturas das províncias mais afastadas de Paris, à da Rússia e, em menor escala, à das Américas.

Porém, o paradigma de observação do estrangeiro permanece o alemão, considerando-se que o instrumental teórico básico é o proveniente dos estudos desenvolvidos além-Reno. Desse instrumental, destacam-se a filologia comparada, o historicismo e a teoria dos espíritos nacionais. Como pontua Azevedo (2000, p. 711), os estudos filológicos sofreram um considerável impulso com os desdobramentos da atuação da Companhia das Índias, por intermédio da qual “um orientalista inglês” (William Jones) realçara aos contemporâneos o sânscrito, “base certa dos dialetos hindustânicos, e segundo presunções muitos prováveis da ciência, origem do Persa, do Grego, do Etrusco, e do idioma gutural das raças teutônicas”. Se Jones não é o primeiro a perceber essas semelhanças, ele as destaca num momento crucial, sobretudo para os eruditos alemães que intentavam se afastar da opressão intelectual francesa. Trata-se, de maneira geral, de uma tentativa de construir outros passados em detrimento da cultura greco-latina, da qual os franceses se reivindicavam herdeiros diretos, impondo-a como valor universal a outros povos.

Assim, na passagem do século XVIII ao XIX, o estudo filológico significou mais que um saber, mas uma disputa entre duas visões de cultura: a norma das “belas letras” ou a erudita. E isso, evidentemente, ocasionou mudanças metodológicas:

Se transpondo o modelo intelectual das belas letras e da retórica aos domínios estrangeiros, os generalistas naturalmente evitaram a história, em contrapartida, parece claro que, na virada do século, os primeiros especialistas estiveram em sua maioria propensos a colocar os textos em relação com um contexto cultural, a fazer da literatura a ilustração por excelência de uma civilização, cuja especificidade não pode realmente se exprimir salvo em termos históricos (ESPAGNE, 1993, p. 141, tradução nossa).⁵

⁵ “Si les généralistes, transposant le modèle intellectuel des belles-lettres et de rhétorique aux domaine étrangers, ont naturellement évité l’histoire, il apparaît en revanche clairement que les premiers spécialistes au tournant du siècle se sont pour la plupart attachés à mettre les textes en relation avec un contexte culturel, à faire la littérature l’illustration par excellence d’une civilisation dont la spécificité ne peut réellement s’exprimer qu’en termes historiques.”

Por isso, o historicismo vem em auxílio da filologia, pois é importante compreender em que circunstâncias físicas e temporais uma determinada língua e a literatura dela oriunda se formaram. A obra só tem razão de ser em função do contexto que a gestou e não depende de valores atemporais e universais para regê-la. Conhecer uma determinada literatura significa conhecer também toda uma instituição social da qual aquela se nutre, fazendo com que a filologia promova uma intersecção com a etnografia. Dessa forma, ganha fôlego a teoria dos espíritos nacionais, de uma essência própria a cada povo, que poderia ser encontrada no falar tradicional e nas manifestações folclóricas, por meio da qual cada grupo contribuiria ao concerto maior das múltiplas nacionalidades que vicejavam no continente europeu (ESPAGNE, 1993, p. 141).

Como todas as ciências em seus começos, os estudos de literaturas estrangeiras apresentam paradoxos, uma vez que seus partidários hesitam entre diversas linhas de pensamento. Destaco aquele que envolve o início de um viés comparatista e a originalidade romântica, já que, em seus inícios, a linguística comparada é um saber romântico (ELIA, 2002, p. 113). Ao mesmo tempo em que as descobertas em torno do tronco indo-europeu delineavam um substrato linguístico comum aos povos da Eurásia ou, nas palavras de Thiesse (1999, p. 178, tradução nossa), quando “as nações do velho continente se descobrem irmãs”,⁶ o intento dos primeiros estudiosos é justamente pontuar como se deram as diferenciações, o aparecimento dos caracteres próprios, até a manifestação dos gênios originais de cada país. Ou seja, o grande achado das pesquisas filológicas pode, de uma certa forma, obliterar a originalidade do nacional, ansiosamente alentada. Esses estudiosos procuram, assim, lidar com esses dois dados, fazendo um uso conveniente a cada contexto.

Se existe, então, um passado comum que une os povos indo-europeus, é importante assinalar que, nesse processo de afastamento e construção de identidades, torna-se uma preocupação localizar e rastrear empréstimos linguísticos e literários ocorridos entre as mais distintas nacionalidades, bem como evidenciar precedência entre uma e outra cultura na realização dessas trocas. Isso significa pontuar donatários e tributários dos bens culturais. Nesse sentido, vale a pena mencionar as pesquisas em torno da epopeia medieval,

⁶ “les nations du vieux continent se découvrent sœurs”.

que tinham por objetivo localizar sua gênese e mapear sua disseminação. Nos escritos de Fauriel e Quinet (ESPAGNE, 1993, p. 32-33), pode-se ver a defesa da tese da origem provençal do gênero, que teria servido de fonte aos outros povos. Essa conclusão visa a manter uma hegemonia cultural francesa frente ao avanço germânico no que tange ao domínio das origens. Por isso, deve-se observar com cautela os primeiros passos do que viria a ser a literatura comparada, uma vez que ela está profundamente imbuída de ideologias, sendo difícil discernir o que é, de fato, heurístico. Tanto é que, a partir de 1850, limite temporal da discussão aqui proposta, há uma clara mudança de rumo nesse campo de pesquisas, transferindo o critério da nacionalidade para o da raça, o que gerará desdobramentos dramáticos (THIESSE, 1999, p. 180-181).

Duas vias possíveis se colocam para os estudos de literaturas estrangeiras: a busca pelas origens, que incluía a busca por um berço, uma língua e um povo original indo-europeu (*Ursprache – Urvolk – Urheimat*); ou a pesquisa e entendimento dos contatos entre línguas e, conseqüentemente, entre culturas e literaturas. Jean-Paul Demoule explica que essas duas vias geraram a criação de modelos de estudo distintos. A primeira via formulou a árvore linguística, que permite classificar e identificar os donatários e os tributários nos diferentes galhos e ramos, que parecem evoluir de forma homogênea e independente. A segunda, desenvolvida posteriormente, investiu na imagem de ondas concêntricas:

[...] um punhado de pedras que são lançadas na água, cada pedra dando lugar a ondas concêntricas que se afastam do ponto de impacto, até que os círculos se entrecruzem uns com os outros. Assim se produziria a evolução das línguas, por contatos e interferências (DEMOULE, 2014, p. 56, tradução nossa).⁷

Mesmo com a existência dessas duas abordagens, Demoule (2014, p. 56) pontua que poucos linguistas, naquela época, tentaram nuançar o primeiro modelo, obtendo, por sua vez, pouco sucesso. De todo modo, interessa-me o fato de que, mesmo sendo discípulos de Fauriel, a primeira

⁷ “une poignée de cailloux qu’on lance dans l’eau, chaque caillou donnant lieu à des vagues concentriques qui s’éloignent du point d’impact, jusqu’à ce que ces cercles s’entrecroisent les uns les autres. Ainsi se produirait l’évolution des langues, par contacts et interférences.”

geração de professores de literaturas estrangeiras na França, deixou entrever, em suas publicações, a ideia desse intercruzamento linguístico e, conseqüentemente, cultural, embora não esteja diretamente ligada à teoria das ondas. A sua linha de pensamento reforça um intercâmbio entre diferentes povos.

Assim, em sua aula inaugural na Sorbonne, primeira de suas contribuições à RDM, Ampère (1832, p. 390, tradução e grifos nossos) demonstra seu embasamento filológico:

Nós conhecemos todas as antigas revoluções que agitaram essas massas de homens, pressionadas no centro da Ásia ou perdidas nos seus extremos? É do meio desse *oceano de povos* que devem ter emergido essas grandes tempestades das quais nós mal distinguimos as *últimas ondulações* no nosso canto afastado do mundo; e se chocando, arrebatando-se uns contra os outros como ondas, eles são afugentados em desordem por todas as partes onde eles encontraram lugar [...].⁸

Como se vê, Ampère se vale de uma imagem hídrica para explicar a dispersão e a convivência desses povos, do que se depreende a difícil identificação de um ou de outro elemento formador e primevo, já que todos estavam como misturados e fundidos. Além disso, tal metáfora remete à ideia de herança e de influência, pois daquele “oceano de povos”, por si só complexo, fazem-se sentir ondulações que se dispersam levando consigo tal herança.

Marmier (1836, p. 479-480, tradução e grifos nossos) parece, de início, mais alinhado ao modelo dominante ao pontuar, numa das cartas que enviou à RDM, durante uma missão oficial na Islândia, que

[...] há, ainda, entre o Norte e o Oriente, um sinal de parentesco que se manteve através dos séculos e das revoluções; este sinal é a língua, a língua islandesa [...] na qual é fácil reconhecer a identidade com os

⁸ “Connaissons-nous toutes les antiques révolutions qui ont agité ces masses d’hommes, pressées dans le centre de l’Asie ou perdues à ses extrémités? C’est du milieu de cet *océan de peuples* qu’ont dû se soulever ces grandes tempêtes dont nous avons à peine aperçu *les dernières ondulations* dans notre coin reculé du monde; et se heurtant, se brisant les uns contre les autres comme des *vagues*, ils sont rués en désordre partout où ils ont trouvaient de la place [...]”

dialetos germânicos e com os dialetos gregos. Assim, remontando por intermédio do inglês e do holandês, pelo dinamarquês e pelo sueco, até o anglo-saxão, o velho alemão, o islandês, dali até o mesogótico, seria possível demonstrar claramente de qual *raiz todos esses ramos brotaram e como se diferenciaram*. Seria possível fazer o mapa geográfico de todas essas línguas, segui-las como a tantos rios em suas *sinuosidades*, [...] e, com a ajuda dos estudos filológicos, constatar a migração dos povos.⁹

Se o estudioso se vale da imagem da raiz e do ramo para compreender a derivação linguística, ele também se apoia em outra: a do rio que corre sinuosamente, liga-se com outro e/ou desemboca mais adiante, misturando-se e levando consigo uma quantidade de sedimentos que se decantará em outra parte, formando, assim, uma outra vertente cultural.

Então, por mais que existam oscilações entre esses dois modelos, recaindo, o mais das vezes, no compromisso ideológico desses professores com seu país e a demanda de sua cátedra, há também o reforço da construção de um espírito comum, discernível no discurso inaugural do curso de Quinet (*apud* GUSDORF, 1993, p. 310, tradução e grifos nossos), na Faculdade de Letras de Lyon, em 1839:

Se a *aliança dos povos* repousa na *união de seus espíritos*, se, a se conhecer, eles aprendem a se respeitar, a se amar mutuamente; se destruir entre eles um preconceito é destruir uma inimizade, e com ela uma causa de violência e de opressão para todos, é preciso considerar o estabelecimento das cátedras de literaturas estrangeiras como uma instituição liberal por sua própria natureza; e, da minha parte, eu declaro obedecer neste momento às minhas mais vivas convicções, no momento em que eu venho aqui servir como veículo para um pensamento que até o presente teve uma das presenças mais

⁹ “Il y a encore, entre le Nord et l’Orient, un signe de parenté qui s’est maintenu à travers les siècles et les révolutions; ce signe, c’est la langue, la langue islandaise [...] dont il est facile de reconnaître l’identité avec les dialectes germaniques et les dialectes grecs. Ainsi, en remontant par l’anglais et le hollandais, par le danois et le suédois, jusqu’à l’anglo-saxon, au vieil allemand, à l’islandais, et de là jusqu’au mésogothique, on arriverait à démontrer très bien de quelle *racine tous ces rameaux sont sortis et comment ils ont divergé*. On pourrait faire la carte géographique de toutes ces langues, les suivre comme autant *de fleuves dans leurs sinuosités*, [...] et, à l’aide de ces études philologiques, constater la migration des peuples.”

constantes da minha vida e, como minha religião literária e política, eu quero declarar *a unidade das letras e a fraternidade dos povos modernos*.¹⁰

A postura liberal ostentada por Quinet já sugere uma possível resposta à afirmação de Espagne (1993, p. 157) acerca da existência de um tipo de osmose entre as cadeiras universitárias e as da redação da RDM. Régnier (1994, p. 293) chega mesmo a dizer que ser colaborador da revista de François Buloz, na rubrica ‘literaturas estrangeiras’, terminava por abrir caminho para a vida universitária, sendo o percurso inverso praticamente automático. Por quê? Inicialmente, pode-se aventar o fato de que, na França, antes das reformas universitárias de 1870, as aulas eram abertas ao público em geral, sendo de bom tom publicar os cursos nas revistas literárias de ampla circulação, caso da RDM (ESPAGNE, 1993).

Mas é sobretudo a linha editorial da revista, exposta no seu primeiro número, que manifesta as tendências do periódico, ligado desde as origens ao espírito liberal da Revolução de 1830. Dessa apresentação inicial, de responsabilidade dos editores-chefes, destaco o seguinte trecho:

Importa conhecer bem o que se passa ou o que se passou com os outros povos, a fim de adotar de suas instituições o que é passível de ser aplicado aos *nostros* costumes, ao *nosso* caráter, ao progresso de *nostras* luzes, à posição geográfica de *nosso* território (AVERTISSEMENT, 1829, p. I, tradução e grifos nossos).¹¹

Sabe-se que o movimento de buscar nos outros povos elementos que são úteis à constituição de uma determinada comunidade é comum a qualquer nação. Porém, o que se avulta quando essa ação é executada

¹⁰ “Si l’alliance des peuples repose sur l’union de leurs esprits, si, en apprenant à se connaître, ils apprennent à se respecter, à s’aimer mutuellement; si détruire parmi eux un préjugé, c’est détruire une inimitié, et avec elle une cause de violence et d’oppression pour tous, il faut considérer l’établissement des chaires de littératures étrangères comme une institution libérale par sa nature même; et pour ma part, je déclare obéir en ce moment à mes convictions les plus vives, lorsque je viens servir ici d’organe à une pensée qui a fait jusqu’à ce jour l’une des occupations les plus constantes de ma vie et comme ma religion littéraire et politique, je veux dire *l’unité des lettres et la fraternité des peuples modernes*.”

¹¹ “Il importe donc de bien connaître ce qui se passe ou ce qui s’est passé chez les autres peuples, afin de n’adopter de leurs institutions que ce qui pourrait s’appliquer à *nos* mœurs, à *notre* caractère, aux progrès de *nos* lumières, à la position géographique de *notre* territoire.”

pelas ditas nações hegemônicas é exatamente a perspectiva imperialista que a orienta, a ideia de que o estrangeiro se abre com a possibilidade da posse e da formação de um mercado consumidor. Para melhor dominá-lo, é recomendado conhecê-lo, o que cria uma articulação entre a revista e os estudos de literaturas estrangeiras, os quais, pelo viés filológico, apresentam não apenas a literatura, mas o modo de vida de um dado lugar.

É certo que tal visão, que contribui para formação da mentalidade das elites burguesas, pode ser verificada não apenas na França, mas também na Inglaterra, conforme atesta estudo de Cooper-Richet (2006) sobre o espaço dado ao estrangeiro nas revistas britânicas oitocentistas. No entanto, talvez a RDM seja a que com mais engenho cumpriu esse papel, já que o equilibrou com o de importante intermediadora cultural ao longo do oitocentos. Esse intercâmbio também deve ser considerado com atenção, uma vez que aquilo que por meio dele é trocado não possui o mesmo valor para os ‘dois mundos’ envolvidos. Um deles coloca na balança o peso de sua centralidade econômica e cultural, o que faz com que seu ponto de vista adquira o valor de norma e as apropriações que faz tenham caráter de posse.

Esse descompasso pode ser verificado na vinheta que circulou nos primeiros anos do periódico, na qual figuravam, numa praia, uma jovem europeia, vestida à medieval, rodeada de livros e mapas e apontando, numa pedra, a inscrição de nomes importantes como os de Dante e Goethe, e uma jovem indígena, cingida apenas por um cinto de penas, oferecendo à recém-chegada um ramo. Mesmo que essa diferença venha a gerar distorções, a possibilidade da comunicação está posta, pois, conforme a interpretação que Luiz Dantas (2000, p. 135) elabora dessa singular cena, a europeia aponta na pedra espaço vazio, possivelmente reservado à inscrição de novos gênios, que tendem a circular por meio do barco que se encontra ancorado ao fundo.

Os artigos que são por meio da revista dispersados mundo afora devem, então, ser lidos com cautela, uma vez que sua leitura despreziosa pode gerar um efeito deletério para aquele que se encontra do lado mais fraco da balança cultural, fazendo com que lhe reste a tentativa sempre falha de adequar-se a um valor colocado como superior. Ou, o que é mais raro, há também a possibilidade de questioná-lo ou de subvertê-lo.¹² Analiso, finalmente, qual é o uso que Azevedo faz desse material.

¹² Os juízos etnocêntricos desferidos pelos colaboradores da RDM não deixaram de causar reações entre a elite intelectual do Novo Mundo. Há respostas e pedidos de desagravo para

4 Um crítico das literaturas estrangeiras e do pensamento nacional

É importante pontuar que os pressupostos dos estudos de literaturas estrangeiras que aparecem nos ensaios de Azevedo não assumem um caráter de filiação teórica explícita. Trata-se de uma corrente, entre outras, com a qual o autor dialoga a fim de propiciar múltiplas formas de se pensar a literatura. Ademais, a identificação dela se torna mais complexa porque esse grupo de estudiosos e as suas lições caíram no esquecimento. Assim, quando Azevedo se refere a Cousin ou a Jouffroy, imediatamente se pensa no ecletismo. Mas, quando menciona Ampère, Quinet, Marmier, Philarète Chasles, Charles Magnin, Saint-Marc Girardin¹³ ou Gustave Planche, não há conexão a um corpo teórico específico, quando muito, no caso desse último, há relação com o universo da RDM, no qual Planche, ao lado de Chasles, era responsável pela literatura inglesa, perfazendo o já mencionado livre trânsito entre as instâncias jornalística e acadêmica.

Por outro lado, a interlocução com esse grupo sublinha o desejo do ensaísta de focar a circulação e o intercâmbio de ideias entre diversas literaturas, movimento esse que seria do maior interesse para diversificação do cenário intelectual brasileiro. Como pontua Bernardo Ricupero (2004, p. 26), “a identidade nacional é uma construção política e cultural que não possui realidade objetiva fixa”. Nesse sentido, pode-se dizer que Azevedo se vale dos estudos de literaturas estrangeiras para evidenciar o intercâmbio entre diferentes tradições literárias, chegando a um comparatismo por vezes vertiginoso. Ademais, ele acaba por oferecer uma alternativa crítica à perspectiva monolítica do discurso romântico oficial no país, encarregado de sedimentar a identidade brasileira.

É esse mecanismo que opera em LCP, centro do sistema crítico alvaresiano. Nele, se a ideia de uma busca pelas origens é priorizada na

ditos excessos e inverdades que a revista proferia acerca da literatura e da civilização de países como Brasil e EUA. No caso do primeiro, ver Camargo (2007) e Dantas (2000), para o segundo, Gonnaud (2007).

¹³ Michel Espagne (1993, p. 215 e 216) explica que, embora Girardin tenha sido professor de literatura francesa, ele também deixou contribuições no campo das literaturas estrangeiras. Uma situação comum à época e que aponta para o fato de que não era mais possível pensar a literatura nacional sem referir-se ao estrangeiro. O mesmo se dá com Abel-François Villemain, também citado por Azevedo.

introdução, ao avançar da discussão, ela é substituída por aquela que enfoca contatos e interferências na constituição da literatura:

Quisemos tresmalhar uma olhada asinha sobre o espírito dessas nossas letras pátrias, tão aluziadas dos clarões dos céus espanhóis e enquadrar em moldura engrinaldada esses visos de umas letras tão ricas, dessa praia tão derramada de pérolas e corais pelas marés que aí haviam passado no seu fluxo, das civilizações púnicas, greco-romanas, góticas e arábicas, essas sementeiras de poesia para a qual concorreram: quatro vezes o Oriente e a África, nas navegações fenícias e colônias cartaginesas, na invasão mourisca de 712 e no roçar da civilização peregrinante da raça hebraica; – duas vezes a grega, no comércio da Magna Grécia das costas da Sicília e na conquista romana (civilização mais rude e bélica, é verdade, mas sempre dourada das luzes de Atenas) – e até a barbaria das raças das hordas da *grande invasão* que assinala o anoitecer da antiguidade e a madrugada nevoenta da Idade Média (AZEVEDO, 2000, p. 712).

A leitura desse extenso trecho permite entrever que a Península Ibérica, devido às incontáveis migrações, invasões etc., pode conter resquícios de todas as civilizações que por ali passaram, inclusive das três descritas pelo ensaísta no início de seu texto. É esse constante fluxo, que remete às imagens hídricas anteriormente mencionadas, “a variedade de fontes” que garante “a originalidade [...] de uma literatura.” (AZEVEDO, 2000, p. 712). Sequencialmente, o autor demonstrará a presença desses traços na literatura portuguesa, constituindo-se a fase heroica como um momento no qual a apropriação positiva da tradição produz obras como *Os Lusíadas* e *A Castro*.

Desse ponto de vista, Camões é “lírico como Píndaro, – épico como Virgílio –, [...], ofegante de sentir trágico e fundo, sua frente se obumbrava de glórias quando com a mão pálida erguia as lousas da velha história portuguesa” (AZEVEDO, 2000, 735). Já Ferreira escreveu um texto “afrito como o esvurmar das lágrimas sangrentas de Édipo cego, como o de Hécuba, [...] como a ânsia de Marion Delorme, e o esvaliar de loucura de Triboulet, em Victor Hugo...” (AZEVEDO, 2000, p. 731). Ainda assim, ambos souberam apropriar-se da tradição local, tematizando e divulgando a história de Inês de Castro, da qual todos conhecem a “má ventura” (AZEVEDO, 2000, p. 723).

A fase negra, por conseguinte, representa decréscimo na quantidade e na qualidade dessas apropriações, diante da estagnação econômica e cultural na qual o país se encontrava. Por isso, Bocage é entrevistado como

uma potencialidade falhada, a qual “faltou a inspiração de uma literatura contemporânea valente. Dessem a esse Português a cópia de instrução que mana caudal na Alemanha, [...] – e... Bocage fora Werner” (AZEVEDO, 2000, p. 743), ou Chatterton, ou Byron, como o ensaísta sugere ao longo da explanação.

Ao negar uma origem unívoca e uma evolução homogênea à cultura lusa, entrevendo aí um valor, Azevedo coerentemente se posiciona de maneira contrária à retomada da matriz indígena como única possibilidade de constituição da literatura brasileira. Assim, ao mencionar o nativo em AM, Azevedo (2000, p. 686) aponta sua insensibilidade para a literatura: “O homem das florestas preferira o cepo de mato [...] aos enredos sutis e florescentes de pérolas e rendas [...]”, reforçando que “os homens de aquém-mar sentiam-se como os colonizadores” (AZEVEDO, 2000, p. 716). Mas, como se sabe, o argumento mais conhecido que Azevedo (2000, p. 715) utiliza é o da coincidência linguística, pois, a seu ver “sem língua à parte não há literatura à parte”. Uma tal premissa se encontra em sintonia com as primeiras ideias da literatura comparada, que vinculava cada literatura a uma língua específica.

De todo modo, cabe ressaltar a noção de circulação e transformação que subjaz ao raciocínio do autor, a meu ver, corroborado ou impulsionado pelos estudos de literaturas estrangeiras. Em AM, ele afirma, conjuntamente a Victor Hugo, a lei do “fluxo e refluxo das línguas” (AZEVEDO, 2000, p. 687), criticando o uso frequente dos arcaísmos na literatura oitocentista. A partir disso, pode-se dizer que ele não defende uma vinculação permanente entre Portugal e Brasil, uma vez que, lentamente, a constituição de nossa originalidade se configurará. Faz-se, então, necessária a continuidade dessa etapa de formação. Afinal, como dirá Machado de Assis (1873, p. 1) em artigo de jornal que se tornou célebre, a independência literária “não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente”.

Ademais, além de não saber se há lucro “em não podermos chamar Camões nosso” (AZEVEDO, 2000, p. 715), o que o ensaísta vê e procura demonstrar nas duas últimas produções que vou comentar é a constante e ininterrupta apropriação literária que ocorre mesmo nas literaturas ditas matriciais, como a atestar o intercruzamento dos círculos concêntricos que se espalham por um lago. Nesse sentido, um dos fundamentos dos ensaios AM e GS é o estudo da presença byroniana e, mais importante, o uso criativo que dela é feito, fazendo com que os dois autores trabalhem

numa perspectiva distinta, a despeito de partirem do ceticismo byroniano. Em GS, pode-se ver tal método:

Bofé, que fora belo estudar-lhe um a um os elementos filosofo-literários, ir buscar-lhe as inspirações na vida aventureira, ao entusiasmo excitado às insônias do poeta-rei, desse lord Byron, cujo ardente ceticismo calara no século como as linfas calcáreas a reverem suadas pelas estalactites gigantescas das grutas dos Andes [...]. Àquele que foi buscar nos elementos dos poemas de Musset a origem no *Childe* (que, se sobram-lhe horas, irá indagá-los em alguns laureados da literatura moderníssima) não será inútil estudo a relembração do poeta inglês, nas harmonias selvagens de M^{me} Dudevant (AZEVEDO, 2000, p. 663).

Importa para o crítico estudar a intersecção entre a personalidade de George Sand, investida dos traços inerentes ao gênio, sua relação com o presente na qual está inserida e que passa, necessariamente pelo diálogo com a poesia byroniana, uma vez que essa expressaria a angústia de um tempo de bruscas mudanças e incertezas, e diálogos com uma tradição literária múltipla. A junção dessas ferramentas de análise me parece uma adequação dos princípios que ele conheceu por intermédio dos estudos de literaturas estrangeiras. Assim, de forma resumida, a filologia comparada expressa-se através do comparatismo e do estudo das influências, o historicismo, na retomada das condições do momento presente, que determinam a obra, e a teoria dos espíritos nacionais, na personalidade da artista.

Se, a princípio, Byron parece um substrato comum a partir do qual Sand e Musset se diferenciam, em AM, a argumentação do autor sugere outro aspecto. Segundo ele, “no licor com que Musset purpuriza sua taça, sente-se o ressaibo dos vinhos queimadores de *Lord Byron*” (AZEVEDO, 2000, p. 679). O poeta inglês, por sua vez, deixa aflorar os elementos gregos que apreendeu em sua estadia nesse país. Nesse sentido, ele é descrito como “homem que ia se embeber de poesia nas mesmas montanhas onde a poesia grega impregnara suas lendas imorredoiras [...]” (AZEVEDO, 2000, p. 701). A utilização de termos como ‘ressaibo’, ‘embeber’, ‘impregnar’ evidencia a existência do mecanismo de circulação e apropriação, mas também a inapreensibilidade de uma origem desses insumos, pois, ao ler Byron, Musset teria contato não só com o estilo do poeta inglês em si, mas também, entre outras, com a tradição grega na qual este se cultivara.

Inúmeros são os exemplos que podem ser retirados dos ensaios alvaresianos a fim de ilustrar a visada comparatista e, conseqüentemente, cosmopolita do autor. Porém, acredito que os casos pautados me permitem fazer algumas considerações. A primeira diz respeito à percepção, ocasionada pela imprensa, do imenso movimento crítico de apreensão das interligações entre diferentes literaturas, sistematizado pelos estudos de literaturas estrangeiras a partir da apreensão do tronco linguístico indo-europeu. À luz da leitura desses artigos, notava-se que literaturas detentoras de uma tradição literária muito mais extensa que a brasileira não se furtavam de buscar alhures suas fontes de inspiração. Desse modo, não haveria sentido, do ponto de vista do ensaísta, que a nossa também não o fizesse.

Por outro lado, parece-me que o autor acaba por fazer um uso algo subversivo desses escritos ou, dito de outro modo, ele os lê da maneira que mais lhe convém, tal qual era feito na Europa, por franceses e alemães. Ao deter-se nos mecanismos de intercâmbio, ele se esquiva da teoria dos espíritos nacionais, que acabaria relegando nossas letras à exploração da cor local, algo já sugerido por Ferdinand Denis, Almeida Garret e Alexandre Herculano. Como se sabe, uma tal sugestão não se restringiu ao Brasil, como pode ser visto no artigo de Chasles (1835, p. 169-202) sobre a literatura norte-americana, recomendando que essa se circunscrevesse à descrição dos elementos da terra.

Por isso, pode-se pensar que, assim como os intercâmbios culturais expostos pela RDM tinham um peso diferenciado, o discurso das literaturas estrangeiras por ela publicado também, discernindo quem pode falar de quem. Como observador das letras estrangeiras, descrevendo e inventariando empréstimos, Azevedo coloca-se numa mesma posição que Ampère ou Marmier. Ele não se limita, portanto, a ser objeto desse discurso, oferecendo, por conseguinte, um caminho alternativo para pensar a produção literária de seu país. Apesar das ressalvas feitas ao longo de minha argumentação é, mais uma vez, a RDM que intermedia o contato de Azevedo com os nascentes estudos de literatura comparada, sugerindo que seu método comparatista contava com um apoio teórico mais preciso.

Referências

AMPÈRE, J.-J. Discours sur l'ancienne littérature scandinave. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 6, p. 385-403, avril/juin 1832.

- ASSIS, M. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. Machado de Assis: vida e obra. Crítica. [1873]. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/109-noticia-da-atual-literatura-brasileira-instinto-de-nacionalidade>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- AVERTISSEMENT. *Revue des Deux Mondes*. Paris, v. 1, n. 1, p. I-III, 1829.
- AZEVEDO, A. *Obra completa*. Alexei Bueno (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- CAMARGO, K. A. F. *A Revue des Deux Mondes: intermediária entre dois mundos*. Natal: UDUFRN, 2007.
- CANDIDO, A. *A educação pela noite e outros ensaios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CHASLES, P. De la littérature dans l'Amérique du Nord. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 3, s. 4, p. 169-202, juil./sept. 1835.
- COOPER-RICHET, D. As grandes revistas literárias e políticas na formação das elites britânicas durante a primeira parte do século XIX. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.-Y. (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política (Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 413-430.
- CUNHA, C. A. Palpites dissonantes de brasileiro em literatura e civilização em Portugal. Santa Maria, UFSM, n. 4, p. 15-26, 2001. (*Coleção Ensaios: Literatura e Autoritarismo*).
- DANTAS, L. Letras brasileiras na *Revue des Deux Mondes*. In: NITRINI, S. (org.). *Aquém e além mar: relações culturais Brasil e França*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 133-148.
- DEMOULE, J.-P. *Mais où sont-il passés les indo-européens? Le mythe d'origine de l'Occident*. Paris: Seuil, 2014.
- ELIA, S. Romantismo e linguística. In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 113-136.
- ESPAGNE, M. Claude Fauriel en quête d'une méthode, ou l'Idéologie à l'écoute de l'Allemagne. *Romantisme*, Paris, v. 21, n. 73, p. 7-18, 1991. DOI: <http://doi.org/10.3406/roman.1991.5778>. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/AsPDF/roman_0048-8593_1991_num_21_73_5778.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

ESPAGNE, M. *Le paradigme de l'étranger: les chaires de littérature étrangère au XIX^e siècle*. Paris: Les Éditions du CERF, 1993.

EULÁLIO, A. O ensaio literário no Brasil. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 7, p. 9-54, 1989. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1989.114000>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114000/111854>. Acesso em: 22 dez. 2020.

GINZBURG, J. História e melancolia em literatura e civilização em Portugal. *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, v. 33, n. 34, p. 21-27, jan./dez. 1999.

GONNAUD, M. Democratic Aesthetics. *Transatlantica: Revue d'Études Américaines, American Studies Journal*, Paris, n. 1, p. 1-33, 2007. DOI: <http://doi.org/10.4000/transatlantica.1206>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/transatlantica/1206>. Acesso em: 22 dez. 2020.

GUSDORF, G. *Le romantisme I: le savoir romantique*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1993.

LOPES, H. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARMIER, X. Lettres sur l'Islande: V. Langues et Littératures. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 8, s. 4, p. 478-494, oct./déc. 1836.

MARTINS, C. Ler e ensinar Bocage na escola: para o estudo da recepção de Bocage. In: BORRALHO, M. L. M. (org.). *Leituras de Bocage*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2006. p. 109-118.

MENDONÇA, A. P. L. *Ensaaios de crítica e literatura*. Lisboa: Tipografia da Revolução de Setembro, 1849.

MOREIRA, M. E. O Brasil em papel: ideias e propostas no pensamento crítico do Romantismo. In: SOUZA, R. A.; WERKEMA, A. S. (org.). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. p. 29-48.

MUSSET, A. Rolla. In: _____. *Poésies complètes*. Paris: Charpentier, 1840. p. 305-330.

MUSSET, A. Rolla. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 3, s. 2, p. 369-393, juil./sept. 1833.

NISARD, D. Souvenir de voyage III. *Revue de Paris*, Paris, t. 29, p. 137-171, 1836.

PIRES, M. N. P.; REIS, C. *História crítica da literatura portuguesa: o romantismo*. Lisboa: Editorial Verbo, 1993. v. V.

RÉGNIER, P. Littérature nationale, littérature étrangère au XIX^e siècle: la fonction de la Revue des deux mondes entre 1829 et 1870. In: ESPAGNE, M.; WERNER, M. (org.). *Philologiques III: Qu'est-ce qu'une littérature nationale? Approches pour une théorie interculturelle du champ littéraire*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1994. p. 289-314.

RICUPERO, B. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAND, G. Aldo le rimeur. In: SAND, G. *Œuvres complètes de George Sand*. Tome XV. Paris: Perrontin Éditeur, 1843. p. 3-51.

SAND, G. Aldo le rimeur. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 3, s. 2, p. 473-512, juil./sept. 1833.

SILVA, A. A da. Edgar Quinet e o romantismo. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 12-13, p. 287-306, 2013. DOI: <http://doi.org/10.11606/issn.2447-8997.teresa.2013.99391>.

SOUZA, R.A. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.

THIESSE, A.-M. *La création des identités nationales: Europe XVIII^e-XIX^e siècle*. Paris: Seuil, 1999.

VIEIRA, B.V.G. A epopeia histórica em Roma de Nêvio a Lucano. In: SILVA, G.V. da; LEITE, L. R. (org.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória: Edufes, 2013. p. 25-44.

VIEIRA, B.V.G. Introdução. In: LUCANO. *Farsália: cantos de I a V*. Edição bilíngue. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011. p. 13-61.

VIGNY, A. Les consultations du Docteur Noir ou Stello et les diables blues. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t. 4, nouvelle série, p. 485-510, 1831.

Recebido em: 28 de junho de 2020.

Aprovado em: 23 de outubro de 2020.